

Notas Curtas: Joaquim Barbosa diz que quinto constitucional precisa acabar

O presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Joaquim Barbosa, disse que está na hora do Brasil pensar melhor e extinguir as vagas do quinto constitucional nos tribunais. Barbosa afirmou que o lugar cativo do Ministério Público e da advocacia não traz nada de extraordinário. “Simplesmente acho desnecessário”, disse durante a 179ª sessão do CNJ no dia 12 de novembro. Os conselheiros discutiam a composição do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e de quem seria a vaga destinada ao quinto após a aposentadoria de um membro do MP, pelo sistema de alternância. Para Rodrigo Santos, consultor e diretor do Instituto Nacional de Qualidade Judiciária, que estava presente na sessão, o comentário do ministro foi uma “afronta à democracia”. Isso porque “a presença dos indicados pelo quinto é a esperança de oxigenação no pensamento das cortes”, concluiu.

Conciliação em quadrinhos

Será lançada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no dia 25 de novembro, uma cartilha sobre conciliação que traz exemplos, em quadrinhos, sobre as situações que podem ser resolvidas no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. A cartilha é fruto de uma parceria com as Organizações Globo e apresenta os casos em que é possível fechar acordo, sem a necessidade de que a demanda judicial tenha prosseguimento. A cerimônia de lançamento, marcada para as 14h na Corregedoria-Geral da Justiça, contará com a presença do presidente do TJ-SP, desembargador Ivan Sartori, do corregedor-geral da Justiça, José Renato Nalini, e do coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, desembargador Vanderci Álvares.

Contra a violência

Policiais militares da reserva farão a segurança de magistrados e a vigilância nos fóruns do Espírito Santo. O acordo que permite a prática foi firmado em 19 de novembro por representantes do governo estadual e do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Comandante-geral da PM capixaba, o coronel Edmilson dos Santos afirmou que trata-se de uma parceria para garantir maior segurança pública no estado, e disse que o grande beneficiado é o cidadão, pois um juiz depende da segurança para poder atuar com tranquilidade.

Estudo de caso

Foi prorrogado até 8 de dezembro o prazo para a inscrição em um estudo obre judicialização da saúde no Brasil. Batizado de Estudo Multicêntrico sobre as Relações entre Sociedade, Gestão e Judiciário na Efetivação do Direito à Saúde, o trabalho conta com apoio do Conselho Nacional de Justiça e é desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde. Podem se inscrever juízes, desembargadores, ministros, tribunais, corregedorias ou comitês de saúde, e serão escolhidas cinco experiências, uma ligada a cada região do país. As inscrições podem ser feitas pelo e-mail pesquisadireitoasaude@lappis.org.br, e mais informações estão disponíveis no [site](#) do CNJ.

Benefício para todos

O Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul instituiu, por meio do Provimento 300, Central de Processamento Eletrônico de Feitos Judiciais, com o objetivo de aperfeiçoar a prestação jurisdicional. A

CPE executará os atos processuais em feitos eletrônicos no âmbito da primeira instância, e caberá ao órgão o cumprimento e execução das determinações judiciais e serviços cartorários em geral. Os servidores designados para a CPE não prestarão atendimento ao público, às partes, advogados, defensores públicos, promotores e procuradores.

Mudança de sede

Será inaugurado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, no dia 25 de novembro, o novo prédio da Vara do Trabalho de Atibaia. A solenidade de inauguração do prédio, que fica na Rua João Pires, 1.200, no centro da cidade, está marcada para 11h e contará com a presença do presidente do TRT-15, desembargador Flavio Allegretti de Campos Cooper. O imóvel em que a Vara do Trabalho passará a funcionar tem 1,2 mil metros quadrados, enquanto o prédio atual possuía 485 m². Por conta da mudança, as atividades da Vara do Trabalho de Atibaia foram suspensas em 11 de novembro.

Obra de referência

O juiz federal Márcio Ferro Catapani lança na Livraria Cultura do Shopping Iguatemi de São Paulo, às 18h30 no dia 27 de novembro, o livro “Títulos Públicos — Natureza Jurídica e Mercado”, editado pela Quartier Latin. A obra analisa a natureza, regime jurídico e o mercado dos títulos públicos, tema importante e que é pouco abordado no Brasil. O prefácio do livro é do desembargador Newton de Lucca, presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Novo prêmio

O juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal Robson Barbosa de Azevedo, titular da 2ª Vara de Execução de Títulos Extrajudiciais de Brasília, recebeu no dia 8 de novembro a Soberana Ordem do Mérito do Empreendedor Juscelino Kubitschek, no grau Comendador. Esta é a mais alta condecoração da Academia Brasileira de Honrarias ao Mérito, mantida pelo Centro de Integração Cultural e Empresarial de São Paulo, e foi idealizada em homenagem ao ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Agregando conhecimento

Foi aberto oficialmente nesta terça-feira (19/11) o Projeto Remição pela Leitura — Leitura e Progresso, da Central de Execução de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Porto Nacional, no Tocantins. O objetivo do projeto é permitir aos reeducandos da Casa de Prisão Provisória de Porto Nacional a remição da pena por meio da leitura. Cada preso interessado tem prazo de 21 a 30 dias para concluir a leitura de uma obra literária, científica ou filosófica. Posteriormente, deve ser apresentada uma resenha sobre o assunto, permitindo a remição de quatro dias. Anualmente, o preso pode ler 12 obras, com a remição de 48 dias de sua pena.

Date Created

21/11/2013